Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos

Alteração Modificativa N.º 1

Objetivo	Número do projeto	Designação	Classificação Orçamental		Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
							2025		Anos Seguintes					
			Orgânica	Económica	Início	Fim	Dotação Actual	Dotação Corrigida	2026	2027	2028	2029	Outros	
3.3.1.		Transportes rodoviários												
3.3.1.	13/2025	Requalificação da Calçada do Rio	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	12.500,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.499,00
3.3.1.	14/2025	Requalificação na Rua da Vila Nova	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	17.500,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.499,00
3.3.1.	15/2025	Requalificação da Rua Escalheira	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	38.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-37.999,00
3.3.1.	16/2025	Pavimentação da Rua da Boavista	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	30.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.999,00
3.3.1.	19/2025	Arruamentos e obras complementares diversas - Obras urgentes e inadiáveis	01	07010401	01/01/2025	31/12/2029	1.000,00	23.271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.271,00
3.3.1.	23/2025	Requalificação a cubos da Rua de Soutelo e da Rua Escalheira (Parte)	01	07010401	06/03/2025	31/12/2025	0,00	26.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.992,00
3.3.1.	24/2025	Requalificação a betuminoso da Rua Escalheira (Parte), Rua Gonçalo Mendes, Rua das Veigas (Parte), Rua do Paço, Rua da Maçorra, Rua da Amarantinha	01	07010401	06/03/2025	31/12/2025	0,00	158.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.266,00
3.3.1.	25/2025	Sinalização horizontal Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Rua das Pereiras, Rua Pd. António José Pereira da Silva, Rua Crestins de Baixo, Rua Costeira de Pereirinha	01	07010409	06/03/2025	31/12/2025	0,00	17.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.759,00
3.3.1.	26/2025	Construção de muros para alargamento da Calçada do Rio e Rua de Vila Nova e encaminhamento de águas pluviais	01	07010401	06/03/2025	31/12/2025	0,00	31.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.270,00
						TOTAL	99 000,00	257 562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158 562,00

O contabilista Público

Orgão Executivo: Em 3 de Março de 2025

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Alterações modificativas orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Descrição	Receita					Observações
			Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
R9		**Transferências e subsídios de capital**	**42 000,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**200 562,00**	
R9.1		**Transferências de capital**	**42 000,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**200 562,00**	
R9.1.1		**Administrações públicas**	**42 000,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**200 562,00**	
R9.1.1.5		**Administração local**	**42 000,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**200 562,00**	
1005010101	M	Município Felgueiras - Tansf. de capital	42.000,00	158.562,00	0,00	0,00	200.562,00	
T o t a l			**42 000,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**200 562,00**	

O Contabilista Público

Orgão Executivo

Em 3 de Março de 2025

Orgão Deliberativo

Em

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Alterações modificativas orçamentais da despesa

Código		Descrição	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
Orgânica	Rubrica			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especial		
D6		**Aquisição de bens de capital**	**100 102,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**258 664,00**	
01	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	100.002,00	140.803,00	0,00	0,00	240.805,00	
01	07010409	Sinalização e trânsito	100,00	17.759,00	0,00	0,00	17.859,00	
T o t a l			**100 102,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**258 664,00**	

o contabilista
Público

Orgão Executivo

Em 3 de Março de 2025

Orgão Deliberativo

Em

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Minuta da Ata nº 15/ 2025

Sessão Extraordinária Realizada no dia 07 de março de 2025

Presidente da Mesa:

César Bastos da Costa

Secretários:

1 º - Sérgio Paulo Pires Pereira

2º - Marisa Susana Moura de Sousa

Membros Presentes:

João Carlos Almeida Ferreira

Inês Alexandra Marinho Ferreira Martins

José Filipe da Costa Lopes Dias da Cunha

Célia Maria Teixeira Vieira

João Filipe Nogueira da Cunha

Hora de Abertura: Vinte horas e quarenta minutos.

Local: Sede de Junta de Macieira da Lixa, sito na Rua das Pereiras, nº 79, 4615-409 Macieira da Lixa. ----------

Às vinte horas e quarenta minutos, dado haver quórum, o Senhor Presidente da Assembleia em substituição, tendo cumprimentado os Membros da Assembleia, o Executivo da União e o Público presente, declarou aberta a sessão. ----------

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, com vista à sua executoriedade imediata, aprovar em minuta a seguinte deliberação da ordem de trabalhos: ----------

1. 1ª Alteração Orçamental modificativa da receita (primeira revisão), primeira alteração orçamental modificativa da despesa (primeira revisão) e primeira alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos (primeira revisão) – Ano 2025; ----------

   Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2. Aceitação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;

   Especificamente:

   Requalificação do piso em betuminoso, nas seguintes Ruas:

   - Macieira da Lixa: Rua das Veigas, Rua do Paço; Rua da Maçorra e Rua da Amarantinha;

   - Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua Gonçalo Mendes;

   Requalificação em cubos:

   - Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua do Soutelo;

   Sinalização horizontal, nas seguintes ruas:

   - Macieira da Lixa: Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Ruas das Pereiras, Rua Padre António José Pereira da Silva; Rua Crestins de Baixo e Rua Costeira do Pereirinha;

   Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3. Proposta de Adjudicação para celebração de contrato de prestação de serviços de Consultoria Contabilística 2025;

   Deliberação: Aprovado por unanimidade

Deliberação: Posta à votação a presente minuta, foi aprovada por unanimidade.

Macieira da Lixa e Caramos, 07 de março de 2025.

O Presidente da Assembleia

César Costa

1º Secretário

Pereira

2º Secretária

Sousa

Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Ano: 2025

Data da Revisão: 03/03/2025

Revisão Nº: 1

Alterações modificativas orçamentais da despesa

Código		Descrição	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
Orgânica	Rubrica			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especial		
D6		**Aquisição de bens de capital**	**100 102,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**258 664,00**	
01	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	100.002,00	140.803,00	0,00	0,00	240.805,00	
01	07010409	Sinalização e trânsito	100,00	17.759,00	0,00	0,00	17.859,00	
T o t a l			**100 102,00**	**158 562,00**	**0,00**	**0,00**	**258 664,00**	

o contabilista
Público

Orgão Executivo

Em 3 de Março de 2025

Orgão Deliberativo

Em

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Alterações modificativas orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Descrição	Receita					Observações
			Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
R9		Transferências e subsídios de capital	42 000,00	158 562,00	0,00	0,00	200 562,00	
R9.1		Transferências de capital	42 000,00	158 562,00	0,00	0,00	200 562,00	
R9.1.1		Administrações públicas	42 000,00	158 562,00	0,00	0,00	200 562,00	
R9.1.1.5		Administração local	42 000,00	158 562,00	0,00	0,00	200 562,00	
1005010101	M	Município Felgueiras - Tranf. de capital	42.000,00	158.562,00	0,00	0,00	200.562,00	
Total			42 000,00	158 562,00	0,00	0,00	200 562,00	

O Contabilista Público

Orgão Executivo

Em 3 de Março de 2025

Orgão Deliberativo

Em César Costa

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Ano: 2025

Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos

Alteração Modificativa N.º 1

Objetivo	Número do projeto	Designação	Classificação Orçamental		Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
							2025		Anos Seguintes					
			Orgânica	Económica	Início	Fim	Dotação Actual	Dotação Corrigida	2026	2027	2028	2029	Outros	
3.3.1.		Transportes rodoviários												
3.3.1.	13/2025	Requalificação da Calçada do Rio	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	12.500,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.499,00
3.3.1.	14/2025	Requalificação na Rua da Vila Nova	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	17.500,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.499,00
3.3.1.	15/2025	Requalificação da Rua Escalheira	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	38.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-37.999,00
3.3.1.	16/2025	Pavimentação da Rua da Boavista	01	07010401	01/01/2025	31/12/2025	30.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.999,00
3.3.1.	19/2025	Arruamentos e obras complementares diversas - Obras urgentes e inadiáveis	01	07010401	01/01/2025	31/12/2029	1.000,00	23.271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.271,00
3.3.1.	23/2025	Requalificação a cubos da Rua do Souto e da Rua Escalheira (Parte)	01	07010401	05/03/2025	31/12/2025	0,00	26.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.992,00
3.3.1.	24/2025	Requalificação a betuminoso da Rua Escalheira (Parte), Rua Gonçalo Mendes, Rua das Veigas (Parte), Rua do Paço, Rua da Maçoeira, Rua da Assuncinha	01	07010401	06/03/2025	31/12/2025	0,00	158.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.366,00
3.3.1.	25/2025	Sinalização horizontal Rua do Alto da Paxão, Rua de Além, Rua das Pereiras, Rua Pd. António José Pereira da Silva, Rua Cristina de Baixo, Rua Costeira de Pereirinha	01	07010409	06/03/2025	31/12/2025	0,00	17.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.759,00
3.3.1.	26/2025	Construção de muros para alargamento da Calçada do Rio e Rua de Vila Nova e encaminhamento de águas pluviais	01	07010401	06/03/2025	31/12/2025	0,00	31.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.270,00
						TOTAL	99 000,00	287 563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188 563,00

O contabilista Público
Fernanda Dias

Orgão Executivo: Em 3 de Março de 2025

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Ordem do dia

Ata nº 46
00.03.2025

PROPOSTA

Assunto: Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Proponho, que a União de Freguesias aprove a minuta do contrato em anexo, para a realização de um contrato interadministrativo para o ano de 2025, para a realização das seguintes obras:

Requalificação do piso em betuminoso, nas seguintes Ruas:

- Macieira da Lixa: Rua das Veigas, Rua do Paço; Rua da Maçorra e Rua da Amarantinha;
- Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua Gonçalo Mendes;

Requalificação em cubos:

- Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua do Soutelo;

Sinalização horizontal, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Ruas das Pereiras, Rua Padre António José Pereira da Silva; Rua Crestins de Baixo e Rua Costeira do Pereirinha;

Macieira da Lixa e Caramos, 03 de março de 2025

O Presidente da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 20.10.2022)

(Marco César Teixeira da Silva)

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.
Remeta-se à Assembleia de Freguesia para deliberação.

MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS

Considerando que:

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, constituem atribuições do Município, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios dos transportes e comunicações e do equipamento rural e urbano;

O citado diploma legal prevê, no seu artigo 120.º, a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, entre órgãos dos municípios e órgãos das freguesias, abrangendo esta todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;

A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos;

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º da citada Lei;

É convicção deste Município de que as Freguesias do concelho de Felgueiras garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

Nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei, compete à Câmara Municipal "criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal";

Compete à Câmara Municipal, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do mencionado anexo, discutir e preparar com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências;

O Município de Felgueiras garante que a presente proposta de contratualização de delegação de competências respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º, bem como os requisitos do art.º 115º, por remissão do art.º 122º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas Freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas Freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Encontra-se a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a solicitar colaboração para a realização de um contrato interadministrativo para o ano de 2025, para a realização das seguintes obras:

- Pavimentações em tapete – **Rua das Viegas, Rua do Paço, Rua de Maçorra, Rua da Amarantinha, Rua de Vila Nova, Rua da Escalheira (parte), Rua Gonçalo Mendes**
- Pavimentações em cubos – Rua da Escalheira (parte), Rua de Soutelo
- Sinalização horizontal – **Rua do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva, Rua das Cruzes, Rua de Crestins de Baixo, Rua Costeira da Pereirinha.**

As pavimentações **das Ruas das Viegas, Rua do Paço, Rua de Maçorra, Rua da Amarantinha, Rua de Vila Nova, Rua da Escalheira (parte) e Rua do Soutelo** justificam-se uma vez que estas vias já se encontravam em mau estado de conservação e derivado à introdução da rede de águas residuais, ainda ficaram em pior estado, com depressões, buracos e com pavimento a desagregar, o que origina dificuldades para os utentes de quem as utilizam, quer para o trânsito de pessoas e veículos.

A sinalização horizontal – **Ruas do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva, Rua de Cruzes, Rua de Crestins de Baixo e Rua Costeira da Pereirinha**, justificam-se para permitir uma melhor sinalização das vias e permitir uma melhor segurança a todos os utentes que as utilizam.

A execução das pavimentações destas vias permitirá requalificar parte da rede viária da freguesia e do concelho, e consequentemente melhorar a segurança dos seus utentes, quer sejam pessoas ou veículos.

A **Rua das Viegas** tem uma extensão de 99,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua do Paço** tem uma extensão de 416,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Maçorra** tem uma extensão de 562,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Amarantinha** tem uma extensão de 255,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Vila Nova** tem uma extensão de 224,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Escalheira (parte)** tem uma extensão de 562,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras
T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt
www.cm-felgueiras.pt

A **Rua D. Gonçalo Mendes** tem uma extensão de 709,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua do Soutelo** tem uma extensão de 198,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A sinalização horizontal – **As Ruas do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva**, têm a extensão de 2.030,00 ml.

A **Rua das Cruzes e a Rua de Crestins de Baixo**, tem a extensão de 1.488,00 ml

A **Rua Costeira da Pereirinha**, tem a extensão de 664,00 ml

A celebração dos contratos interadministrativos pressupõe prévia autorização, quer das assembleias de freguesia, quer das assembleias municipais, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Entre:

O **Município de Felgueiras**, doravante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 091 823, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Alexandre Martins da Fonseca, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c), do n.º 1, e alínea f), do n.º 2, do art.º 35º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e a **União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, doravante designada União de Freguesias ou Segunda Outorgante, representada pelo seu Presidente, Marco César Teixeira da Silva, no uso das competências previstas nas alíneas a), f) e g), do n.º 1 do art.º 18º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual, em execução das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de **xx de xxxx de 20xx** e de **xx de xxxx de 20xx**, respetivamente, bem como das deliberações da Junta de Freguesia de **xx de xxxx de 20xx** e da Assembleia de Freguesia de **xx de xxxx de 20xx**, é celebrado, o presente **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
Objetivo da delegação de competências

O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo promover a melhoria das condições de utilização dos espaços públicos na área da Segunda Outorgante, mediante execução de obras de requalificação dos espaços públicos municipais.

Cláusula 2ª
Objeto contratual

Pelo presente contrato interadministrativo a Câmara Municipal de Felgueiras delega na União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a competência para assegurar o procedimento de contratação pública e a execução da empreitada (nos locais definidos e nos termos descritos na informação do Departamento Operacional do Município de 20.02.2025) de:

Requalificação do Piso em betuminoso, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Ruas das Viegas, Rua do Paço, Rua da Maçorra e Rua da Amarantinha.

- Caramos: Rua da Escalheira (parte) e Rua Gonçalo Mendes.

Requalificação do Piso, em cubos:

- Caramos: Rua da Escalheira (parte) e Rua do Soutelo

Sinalização Horizontal, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Rua das Pereiras, Rua Padre António José Pereira da Silva, Rua Crestins de Baixo e Rua Costeira de Pereirinha.

Cláusula 3ª

Prazo do contrato

O contrato interadministrativo inicia-se na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao cumprimento do seu objeto, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 180 dias após a assinatura do contrato com a Câmara Municipal.

Cláusula 4ª
Recursos financeiros

A transferência da verba processar-se-á da seguinte forma:

a) 50% do valor global da comparticipação, a título de adiantamento, após a confirmação do início da obra por parte do Departamento Operacional, doravante designado por DO, através do respetivo auto de consignação.

b) O pagamento dos restantes 50% do valor global da comparticipação será efetuado faseadamente, em função do estado da obra, após verificação por parte do DO que a obra se encontra executada, e após a apresentação dos documentos que sustentam a sua execução, como seja os autos de medição, faturas, sendo que antes da libertação final da verba, deverão ser juntos, para além dos documentos referidos atrás, o auto de receção provisória, relatório da execução da obra, propondo o DO a sua aprovação e a libertação dos respetivos valores.

Cláusula 5ª

A Câmara Municipal de Felgueiras não comparticipará qualquer aumento de encargos decorrentes da execução da obra, ficando esclarecido que os mesmos serão da única e exclusiva responsabilidade da União/Junta de Freguesia (s).

Cláusula 6ª
Obrigações da Primeira Outorgante

1. No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:
a) Através do Departamento Operacional do Município a proceder à análise e validação dos valores do orçamento apresentado pela Junta de Freguesia tendo em consideração as obras a realizar e os valores normais de mercado;
b) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 4ª;
c) Aprovar o relatório previsto na alínea d) do n.º 1 da Cláusula 8ª;
d) Verificar, através do Departamento Operacional do Município, o cumprimento por parte da Segunda Outorgante da execução da competência delegada, colaborando na identificação de situações urgentes a resolver ou anomalias a corrigir.

Cláusula 7ª
Direitos da Segunda Outorgante

1. Constituem direitos da Segunda Outorgante:
a) Receber a compartição financeira nos termos da Cláusula 4ª;
b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 8ª

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:
a) Realizar a obra objeto deste contrato;
b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
c) Cumprir todas as orientações e normas técnicas aplicáveis às atividades que foram objeto de delegação;
d) Solicitar os pedidos de pagamento, juntando os documentos de despesa e outros, de acordo com a cláusula 4.ª.
e) Remeter ao Município, até 30 dias após o términus das obras referidas na cláusula 2ª, um relatório circunstanciado e documentado do mesmo, nomeadamente, no tocante à execução financeira das obras, acompanhado do respetivo documento comprovativo de despesa;
f) Remeter ao Município, até 30 dias após o términus das obras referidas na cláusula 2ª, um relatório com prova fotográfica da colocação no local da(s) obra(s) do modelo da placa aprovado pelo Município, bem como a indicação do link da publicação na rede social Facebook ou no sítio da internet da segunda outorgante, da notícia da realização da(s) obra(s), em parceria com o Município de Felgueiras.

2. A Segunda Outorgante será civilmente responsável pelo ressarcimento de eventuais danos provocados a terceiros, diretamente resultantes do incumprimento das obrigações previstas no presente contrato, nos termos previstos na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua atual redação.

Cláusula 9ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito da execução e cumprimento do presente contrato, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se sempre que necessário.

Cláusula 10ª
Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 11ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou solicitando à Segunda Outorgante as informações que considere necessárias.

2. As determinações do Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação, execução e cumprimento do presente contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder, no prazo que lhe for determinado, à correção das situações/anomalias em conformidade com aquelas.

Cláusula 12ª
Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a presente delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 13ª
Suspensão do contrato

1. A execução da prestação que constitui o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
b) Por razões de relevante interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 14ª
Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15ª
Revogação

1. O presente contrato interadministrativo de delegação de competências pode, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ser revogado.

2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 16ª
Caducidade

O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

Cláusula 17ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, por escrito, para a sede das partes outorgantes.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18ª
Cabimento e Compromisso

1. Os encargos resultantes do presente contrato interadministrativo serão satisfeitos através da dotação do orçamento do Município.

2. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 9º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi emitida ficha de compromisso número **xxxx/xxx**, referente ao presente contrato.

Cláusula 19ª
Legislação aplicável

1. Na execução do presente contrato observar-se-ão:
a) O respetivo clausulado;

b) O Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente o regime jurídico de delegação de competências nele aprovado.

2. Subsidiariamente aplicam-se as disposições do:
a) Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, em especial a Parte III, com as devidas adaptações;
b) Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 20ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato interadministrativo de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21ª
Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes.

Celebrado em duas vias, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes outorgantes.

Felgueiras, **xx de xxx de xxxx**.

O Presidente da Câmara,

Nuno Fonseca

O Presidente da União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos,

Marco César Teixeira da Silva

Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras
T. 255 318000 F. 255 318170
geral@cm-felgueiras.pt
www.cm-felgueiras.pt

Proposta de adjudicação para celebração de contrato de prestação de serviços de Consultoria Contabilística 2025

A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível à manutenção de uma boa organização contabilística.

a) O trabalho a desenvolver traduz-se em consultoria contabilística ao Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - Microentidades. A prestação de serviços terá uma duração de 12 meses com início em janeiro de 2025. O recurso a uma empresa externa deve-se ao facto dos serviços da Junta de Freguesia não possuírem recursos próprios para satisfazer as necessidades referentes à prestação de serviços em causa. O referido trabalho, pela sua natureza, não se pode considerar trabalho subordinado nem se compatibiliza com a modalidade de relação jurídica de emprego público;

b) Estima-se que o valor do contrato a celebrar seja de três mil cento e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor da avença mensal de duzentos e sessenta e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que inclui o valor de uma deslocação mensal às instalações da Junta de Freguesia, havendo cabimento orçamental, no orçamento de 2025, na classificação económica 02.02.14 Estudos, pareceres, projetos e consultadoria;

c) O procedimento adotado foi o ajuste direto simplificado de acordo com o Código dos Contratos Públicos;

d) A contraparte é Numerperícia Consultoria Contabilística, Lda., contribuinte fiscal número 508983681, sita na Rua da Fronteira, n.º 848, 1.º andar, 4610-810 Várzea, Felgueiras. Não existe qualquer relação ou participação de ex-colaboradores da Freguesia, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) O contrato tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sendo um contrato novo com o objetivo do cumprimento do estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

f) O contratado comprova ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

g) A Junta de Freguesia será representada pelo Senhor Presidente na celebração deste contrato.

Face ao exposto, é deliberado proceder à celebração do contrato supracitado.

A Junta de Freguesia de U. F. de Macieira da Lixa e Caramos

07 de março de 2025

ESTATUTO do DIREITO de OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE 2024

Macieira e Caramos.

ESTATUTO do DIREITO de OPOSIÇÃO 2024

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu artigo 1.º, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

Entende-se por oposição, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos supracitados órgãos.

São titulares do Direito de Oposição, os Partidos Políticos com assento na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e os órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Junta de Freguesia, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.

É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico.

O Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais elaboram, até 31 de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias desta Lei.

No caso da **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, a Coligação Sim Acredita (**PS-L**) é a única representada no executivo da União das Freguesias, com pelouros e poderes delegados;
A coligação Sim Acredita (PS-L) na Assembleia de Freguesia está representada com seis eleitos;

Conforme dispõe o artigo 3.º da referida Lei, são titulares do direito de oposição:

- A coligação Juntos por Felgueiras (**PSD-PPM**), representada na Assembleia de Freguesia com três eleitos;

Na União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos é garantido à Oposição:

1. No edifício da Junta para os membros, apetrechado com os meios logísticos necessários à sua atividade, como por exemplo, equipamento informático, Internet, etc.

2. O acesso a todas as instalações da União das Freguesias, devendo contactar previamente o eleito responsável pelo respetivo pelouro.
3. O direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem.
4. O direito de participação, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público

relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos;

5. O direito de ser ouvidos sobre propostas dos orçamentos e planos de atividade;

6. A resposta às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos da Freguesia;

7. Uma informação escrita, com elevado grau de detalhe, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Junta, a qual é enviada a todos os membros da Assembleia de Freguesia, antes de cada sessão ordinária daquele órgão;

8. O uso da palavra na Assembleia Freguesia, em tempo igual ao concedido à coligação Sim Acredita (PS-L), quer no Período Antes da Ordem do Dia como no Período da Ordem do Dia.

Conclusões

Estas foram as grandes linhas de atuação da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, durante o ano de 2024, à semelhança do que sempre praticou nos últimos anos e pretende dar continuidade até ao final do presente mandato.

No cumprimento da legislação, determino que o presente relatório seja enviado à Assembleia da Freguesia, para conhecimento aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, membros do executivo e membros da Assembleia de Freguesias, e publicado nos termos da Lei e na página da INTERNET da União.

Macieira da Lixa e Caramos, 3 de março de 2025

Concordo à reunião de executivo para deliberação.
Remeta-se à Assembleia de Freguesia para conhecimento.

O Presidente da União,

(Marco César Teixeira da Silva)

União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 46
00.03.2025

PROPOSTA

Assunto: Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Proponho, que a União de Freguesias aprove a minuta do contrato em anexo, para a realização de um contrato interadministrativo para o ano de 2025, para a realização das seguintes obras:

Requalificação do piso em betuminoso, nas seguintes Ruas:

- Macieira da Lixa: Rua das Veigas, Rua do Paço; Rua da Maçorra e Rua da Amarantinha;
- Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua Gonçalo Mendes;

Requalificação em cubos:

- Caramos: Rua da Escalheira (Parte) e Rua do Soutelo;

Sinalização horizontal, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Ruas das Pereiras, Rua Padre António José Pereira da Silva; Rua Crestins de Baixo e Rua Costeira do Pereirinha;

Macieira da Lixa e Caramos, 03 de março de 2025

O Presidente da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 20.10.2022)

(Marco César Teixeira da Silva)

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.
Remeta-se à Assembleia de Freguesia para deliberação.

Rua das Pereiras nº 79, 4615-409 Macieira da Lixa * tel. 255 49 66 25
Email – geral@macieiradalixa-caramos.pt
www.macieiradalixa-caramos.pt

MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS

Considerando que:

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, constituem atribuições do Município, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios dos transportes e comunicações e do equipamento rural e urbano;

O citado diploma legal prevê, no seu artigo 120.º, a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, entre órgãos dos municípios e órgãos das freguesias, abrangendo esta todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;

A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos;

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º da citada Lei;

É convicção deste Município de que as Freguesias do concelho de Felgueiras garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

Nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei, compete à Câmara Municipal "criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal';

Compete à Câmara Municipal, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do mencionado anexo, discutir e preparar com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências;

O Município de Felgueiras garante que a presente proposta de contratualização de delegação de competências respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º, bem como os requisitos do art.º 115º, por remissão do art.º 122º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas Freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas Freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Encontra-se a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a solicitar colaboração para a realização de um contrato interadministrativo para o ano de 2025, para a realização das seguintes obras:

- Pavimentações em tapete – **Rua das Viegas, Rua do Paço, Rua de Maçorra, Rua da Amarantinha, Rua de Vila Nova, Rua da Escalheira (parte), Rua Gonçalo Mendes**
- Pavimentações em cubos – Rua da Escalheira (parte), Rua de Soutelo
- Sinalização horizontal – **Rua do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva, Rua das Cruzes, Rua de Crestins de Baixo, Rua Costeira da Pereirinha.**

As pavimentações **das Ruas das Viegas, Rua do Paço, Rua de Maçorra, Rua da Amarantinha, Rua de Vila Nova, Rua da Escalheira (parte) e Rua do Soutelo** justificam-se uma vez que estas vias já se encontravam em mau estado de conservação e derivado à introdução da rede de águas residuais, ainda ficaram em pior estado, com depressões, buracos e com pavimento a desagregar, o que origina dificuldades para os utentes de quem as utilizam, quer para o trânsito de pessoas e veículos.

A sinalização horizontal – **Ruas do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva, Rua de Cruzes, Rua de Crestins de Baixo e Rua Costeira da Pereirinha**, justificam-se para permitir uma melhor sinalização das vias e permitir uma melhor segurança a todos os utentes que as utilizam.

A execução das pavimentações destas vias permitirá requalificar parte da rede viária da freguesia e do concelho, e consequentemente melhorar a segurança dos seus utentes, quer sejam pessoas ou veículos.

A **Rua das Viegas** tem uma extensão de 99,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua do Paço** tem uma extensão de 416,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Maçorra** tem uma extensão de 562,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Amarantinha** tem uma extensão de 255,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Vila Nova** tem uma extensão de 224,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua da Escalheira (parte)** tem uma extensão de 562,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras
T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt
www.cm-felgueiras.pt

A **Rua D. Gonçalo Mendes** tem uma extensão de 709,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A **Rua do Soutelo** tem uma extensão de 198,00 ml, encontra-se pavimentada a semipenetração betuminosa, e prevê-se a sua pavimentação, com tapete a quente, com bermas em cubos, com aproveitamento dos cubos levantados, com a consequente subida das tampas e dos "tait-móveis" e a colocação de sinalização horizontal.

A sinalização horizontal – **As Ruas do Alto da Paixão, Rua do Além, Rua das Pereiras, Rua Padre Afonso José Pereira da Silva**, têm a extensão de 2.030,00 ml.

A **Rua das Cruzes e a Rua de Crestins de Baixo**, tem a extensão de 1.488,00 ml

A **Rua Costeira da Pereirinha**, tem a extensão de 664,00 ml

A celebração dos contratos interadministrativos pressupõe prévia autorização, quer das assembleias de freguesia, quer das assembleias municipais, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
Entre:

O **Município de Felgueiras**, doravante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 091 823, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Alexandre Martins da Fonseca, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c), do n.º 1, e alínea f), do n.º 2, do art.º 35º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e a **União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, doravante designada União de Freguesias ou Segunda Outorgante, representada pelo seu Presidente, Marco César Teixeira da Silva, no uso das competências previstas nas alíneas a), f) e g), do n.º 1 do art.º 18º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais atual, em execução das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de **xx de xxxx de 20xx** e de **xx de xxxx de 20xx**, respetivamente, bem como das deliberações da Junta de Freguesia de **xx de xxxx de 20xx** e da Assembleia de Freguesia de **xx de xxxx de 20xx**, é celebrado, o presente **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
Objetivo da delegação de competências

O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo promover a melhoria das condições de utilização dos espaços públicos na área da Segunda Outorgante, mediante execução de obras de requalificação dos espaços públicos municipais.

Cláusula 2ª
Objeto contratual

Pelo presente contrato interadministrativo a Câmara Municipal de Felgueiras delega na União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a competência para assegurar o procedimento de contratação pública e a execução da empreitada (nos locais definidos e nos termos descritos na informação do Departamento Operacional do Município de 20.02.2025) de:

Requalificação do Piso em betuminoso, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Ruas das Viegas, Rua do Paço, Rua da Maçorra e Rua da Amarantinha.

- Caramos: Rua da Escalheira (parte) e Rua Gonçalo Mendes.

Requalificação do Piso, em cubos:

- Caramos: Rua da Escalheira (parte) e Rua do Soutelo

Sinalização Horizontal, nas seguintes ruas:

- Macieira da Lixa: Rua do Alto da Paixão, Rua de Além, Rua das Pereiras, Rua Padre António José Pereira da Silva, Rua Crestins de Baixo e Rua Costeira de Pereirinha.

Cláusula 3ª

Prazo do contrato

O contrato interadministrativo inicia-se na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao cumprimento do seu objeto, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 180 dias após a assinatura do contrato com a Câmara Municipal.

Cláusula 4ª
Recursos financeiros

A transferência da verba processar-se-á da seguinte forma:

a) 50% do valor global da comparticipação, a título de adiantamento, após a confirmação do início da obra por parte do Departamento Operacional, doravante designado por DO, através do respetivo auto de consignação.

b) O pagamento dos restantes 50% do valor global da comparticipação será efetuado faseadamente, em função do estado da obra, após verificação por parte do DO que a obra se encontra executada, e após a apresentação dos documentos que sustentam a sua execução, como seja os autos de medição, faturas, sendo que antes da libertação final da verba, deverão ser juntos, para além dos documentos referidos atrás, o auto de receção provisória, relatório da execução da obra, propondo o DO a sua aprovação e a libertação dos respetivos valores.

Cláusula 5ª

A Câmara Municipal de Felgueiras não comparticipará qualquer aumento de encargos decorrentes da execução da obra, ficando esclarecido que os mesmos serão da única e exclusiva responsabilidade da União/Junta de Freguesia (s).

Cláusula 6ª
Obrigações da Primeira Outorgante

1. No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:
a) Através do Departamento Operacional do Município a proceder à análise e validação dos valores do orçamento apresentado pela Junta de Freguesia tendo em consideração as obras a realizar e os valores normais de mercado;
b) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 4ª;
c) Aprovar o relatório previsto na alínea d) do n.º 1 da Cláusula 8ª;
d) Verificar, através do Departamento Operacional do Município, o cumprimento por parte da Segunda Outorgante da execução da competência delegada, colaborando na identificação de situações urgentes a resolver ou anomalias a corrigir.

Cláusula 7ª
Direitos da Segunda Outorgante

1. Constituem direitos da Segunda Outorgante:
a) Receber a compartição financeira nos termos da Cláusula 4ª;
b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 8ª

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:
a) Realizar a obra objeto deste contrato;
b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
c) Cumprir todas as orientações e normas técnicas aplicáveis às atividades que foram objeto de delegação;
d) Solicitar os pedidos de pagamento, juntando os documentos de despesa e outros, de acordo com a cláusula 4.ª.
e) Remeter ao Município, até 30 dias após o términus das obras referidas na cláusula 2ª, um relatório circunstanciado e documentado do mesmo, nomeadamente, no tocante à execução financeira das obras, acompanhado do respetivo documento comprovativo de despesa;
f) Remeter ao Município, até 30 dias após o términus das obras referidas na cláusula 2ª, um relatório com prova fotográfica da colocação no local da(s) obra(s) do modelo da placa aprovado pelo Municipio, bem como a indicação do link da publicação na rede social Facebook ou no sítio da internet da segunda outorgante, da notícia da realização da(s) obra(s), em parceria com o Municipio de Felgueiras.

2. A Segunda Outorgante será civilmente responsável pelo ressarcimento de eventuais danos provocados a terceiros, diretamente resultantes do incumprimento das obrigações previstas no presente contrato, nos termos previstos na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua atual redação.

Cláusula 9ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito da execução e cumprimento do presente contrato, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se sempre que necessário.

Cláusula 10ª
Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 11ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou solicitando à Segunda Outorgante as informações que considere necessárias.

2. As determinações do Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação, execução e cumprimento do presente contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder, no prazo que lhe for determinado, à correção das situações/anomalias em conformidade com aquelas.

Cláusula 12ª
Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a presente delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 13ª
Suspensão do contrato

1. A execução da prestação que constitui o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
b) Por razões de relevante interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 14ª
Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15ª
Revogação

1. O presente contrato interadministrativo de delegação de competências pode, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ser revogado.

2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 16ª
Caducidade

O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

Cláusula 17ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, por escrito, para a sede das partes outorgantes.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18ª
Cabimento e Compromisso

1. Os encargos resultantes do presente contrato interadministrativo serão satisfeitos através da dotação do orçamento do Município.

2. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 9º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi emitida ficha de compromisso número **xxxx/xxx**, referente ao presente contrato.

Cláusula 19ª
Legislação aplicável

1. Na execução do presente contrato observar-se-ão:
a) O respetivo clausulado;

b) O Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente o regime jurídico de delegação de competências nele aprovado.

2. Subsidiariamente aplicam-se as disposições do:
a) Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, em especial a Parte III, com as devidas adaptações;
b) Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 20ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato interadministrativo de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21ª
Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes.

Celebrado em duas vias, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes outorgantes.

Felgueiras, **xx de xxx de xxxx**.

O Presidente da Câmara,

Nuno Fonseca

O Presidente da União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos,

Marco César Teixeira da Silva

Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt

ESTATUTO do DIREITO de OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE 2024

Macieira e Caramos.

ESTATUTO do DIREITO de OPOSIÇÃO 2024

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu artigo 1.º, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

Entende-se por oposição, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos supracitados órgãos.

São titulares do Direito de Oposição, os Partidos Políticos com assento na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e os órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Junta de Freguesia, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.

É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico.

O Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais elaboram, até 31 de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias desta Lei.

No caso da **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, a Coligação Sim Acredita (**PS-L**) é a única representada no executivo da União das Freguesias, com pelouros e poderes delegados;
A coligação Sim Acredita (PS-L) na Assembleia de Freguesia está representada com seis eleitos;

Conforme dispõe o artigo 3.º da referida Lei, são titulares do direito de oposição:

- A coligação Juntos por Felgueiras (**PSD-PPM**), representada na Assembleia de Freguesia com três eleitos;

Na União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos é garantido à Oposição:

1. No edifício da Junta para os membros, apetrechado com os meios logísticos necessários à sua atividade, como por exemplo, equipamento informático, Internet, etc.

2. O acesso a todas as instalações da União das Freguesias, devendo contactar previamente o eleito responsável pelo respetivo pelouro.
3. O direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem.
4. O direito de participação, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público

relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos;

5. O direito de ser ouvidos sobre propostas dos orçamentos e planos de atividade;

6. A resposta às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos da Freguesia;

7. Uma informação escrita, com elevado grau de detalhe, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Junta, a qual é enviada a todos os membros da Assembleia de Freguesia, antes de cada sessão ordinária daquele órgão;

8. O uso da palavra na Assembleia Freguesia, em tempo igual ao concedido à coligação Sim Acredita (PS-L), quer no Período Antes da Ordem do Dia como no Período da Ordem do Dia.

Conclusões

Estas foram as grandes linhas de atuação da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, durante o ano de 2024, à semelhança do que sempre praticou nos últimos anos e pretende dar continuidade até ao final do presente mandato.

No cumprimento da legislação, determino que o presente relatório seja enviado à Assembleia da Freguesia, para conhecimento aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, membros do executivo e membros da Assembleia de Freguesias, e publicado nos termos da Lei e na página da INTERNET da União.

Macieira da Lixa e Caramos, 3 de março de 2025

Concordo à reunião de executivo para deliberação.
Remeta-se à Assembleia de Freguesia para conhecimento.

O Presidente da União,

(Marco César Teixeira da Silva)

Proposta de adjudicação para celebração de contrato de prestação de serviços de Consultoria Contabilística 2025

A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível à manutenção de uma boa organização contabilística.

a) O trabalho a desenvolver traduz-se em consultoria contabilística ao Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - Microentidades. A prestação de serviços terá uma duração de 12 meses com início em janeiro de 2025. O recurso a uma empresa externa deve-se ao facto dos serviços da Junta de Freguesia não possuírem recursos próprios para satisfazer as necessidades referentes à prestação de serviços em causa. O referido trabalho, pela sua natureza, não se pode considerar trabalho subordinado nem se compatibiliza com a modalidade de relação jurídica de emprego público;

b) Estima-se que o valor do contrato a celebrar seja de três mil cento e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor da avença mensal de duzentos e sessenta e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que inclui o valor de uma deslocação mensal às instalações da Junta de Freguesia, havendo cabimento orçamental, no orçamento de 2025, na classificação económica 02.02.14 Estudos, pareceres, projetos e consultadoria;

c) O procedimento adotado foi o ajuste direto simplificado de acordo com o Código dos Contratos Públicos;

d) A contraparte é Numerperícia Consultoria Contabilística, Lda., contribuinte fiscal número 508983681, sita na Rua da Fronteira, n.º 848, 1.º andar, 4610-810 Várzea, Felgueiras. Não existe qualquer relação ou participação de ex-colaboradores da Freguesia, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) O contrato tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sendo um contrato novo com o objetivo do cumprimento do estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

f) O contratado comprova ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

g) A Junta de Freguesia será representada pelo Senhor Presidente na celebração deste contrato.

Face ao exposto, é deliberado proceder à celebração do contrato supracitado.

A Junta de Freguesia de U. F. de Macieira da Lixa e Caramos

03 de MARÇO de 2025